

Mantendo o veto, Congresso

CORREIO BRAZILIENSE

curvou-se mais uma vez

19 ABR 1989

*VILSON SOUZA

O Congresso Nacional ao confirmar o veto presidencial à lei do reajuste do salário mínimo foi palco de um espetáculo político deprimente e que em nada contribui quer para o aprimoramento das instituições, quer para o resgate da combalida imagem do Poder Legislativo, esse mesmo Poder que deveria ser a Casa da representação dos interesses do conjunto da sociedade brasileira.

E inaceitável a decisão sob o ponto de vista ético-moral, político e econômico, porque ofende aqueles que esperavam uma postura mais digna e menos subserviente dos seus representantes. Na realidade, o Congresso reafirma sua tradição histórica de falta de independência, soberania e autonomia.

Os deputados que votaram a favor do veto e pela manutenção do arrocho, são certamente os mesmos que em dezembro passado votaram pelo aumento dos seus proventos, e são certamente os mesmos que percorrem os corredores e gabinetes dos membros da Mesa, pressionando e reivindicando urgência para o novo aumento que se avizinha, com a incorporação do reajuste de 60% concedido aos servidores públicos. São os mesmos parlamentares que pressionam o reajuste de seus proventos sob o argumento de sua desvalorização, pelo efeito da inflação. Sua conduta, tomada no anonimato da votação secreta, é moralmente reprovável, porque faz pouco caso da sociedade que representam, condenando à fome, à miséria e à pobreza milhões de indivíduos, enquanto se fartam e se banqueteam com os despojos do poder.

Grandes economistas são estes parlamentares, para os quais os efeitos corrosivos da inflação são nocivos apenas para seus vencimentos. Logo o deles. Aquele que é maior, enquanto que 30.3% da popu-

lação economicamente ativa, que é o percentual dos que recebem até um salário mínimo, está livre deste mal que é a inflação. A visão destes parlamentares deve basear-se na constatação de que os que recebem até um salário mínimo estão livres da inflação porque, realmente com este valor, nada podem comprar.

Politicamente é inaceitável o que ocorreu naquela lamentável sessão, porque o Projeto vetado foi aprovado, em dezembro, por acordo de liderança, por todos os partidos e pela unanimidade dos parlamentares. Ora, se em dezembro o posicionamento era pela aprovação do Projeto de Lei e, consequentemente, pela recuperação de parte do poder de compra do salário mínimo, a mudança de posição, em razão do veto e das pressões do executivo, demonstra claramente que os que mudaram de posição, em verdade falsearam o seu mandato, porque representam os interesses de uma minoria e não do conjunto da população como era de se esperar de representantes eleitos pelo povo.

Tudo isto é absurdo, na medida em que o salário mínimo do trabalho brasileiro corresponde a menos de 40 dólares mensais, infinitamente menor do que os aproximadamente 200 dólares de 1957, e um dos menores do mundo na atualidade. E preciso destacar que hoje o mínimo é 75.4% menor do que em 1940, segundo estudos do Dieese — dados estes que são confirmados pelos levantamentos semelhantes realizados pelos Ministérios da Fazenda e do Trabalho.

Enquanto o salário mínimo perdeu 2/3 do seu poder de compra, em relação a 1940, a economia cresceu quase 20 vezes. O modelo montado pela ditadura militar, e agora sustentado por uma parte considerável do Congresso, é responsável pelo processo, sem precedentes na história, da mais absurda concentração de renda do mundo contemporâneo.

A proposta original era de estipular o salário mínimo em NCz\$ 139,00 — definindo também um aumento real de 5% ao mês, além do índice de inflação. Desta maneira, aumentar-se-ia o mercado interno com a ampliação da faixa de consumidores.

São estes falsos representantes da cidadania, que por outro lado apóiam e aplaudem a atual política monetária do Governo, responsáveis por uma desavergonhada, imoral e indecente transferência de recursos públicos para improdutiva especulação financeira. Para se ter uma idéia da desproporção e do absurdo da atual política econômica do Governo, basta lembrar que a massa de salários e da renda do trabalho é de aproximadamente US\$ 8,5 bilhões por mês, enquanto que os custos reais da rolagem da dívida pública — juros reais — em março/89 foi superior a US\$ 12 bilhões. Ou seja, o Governo paga aos especuladores uma vez e meia o total da massa de salários do País.

A exatamente é que está a raiz da atual crise, onde os salários são brutalmente comprimidos para permitir sua apropriação pela especulação financeira — submetendo os trabalhadores e os 13 milhões de aposentados, a um arrocho insuportável. Logo eles, os aposentados, que a partir de maio terão uma atualização de seus rendimentos pelo valor que recebiam quando da aposentadoria, conforme o que determina a Constituição.

Por isso o Projeto de Lei vetado, que propunha a recuperação do salário mínimo, era o primeiro passo para uma nova política de rendas, não mais fundada somente em mero aumento nominal de salários, mas com a redução de outros componentes do processo econômico, principalmente juros.

*Vilson Souza é deputado federal pelo PSDB-SC e professor de Direito da FURB.